

MENSAGEM Nº 555

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **CLAUDIA FONSECA BUZZI**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **CLAUDIA FONSECA BUZZI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de outubro de 2021.

Brasília, 14 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CLÁUDIA FONSECA BUZZI**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **CLÁUDIA FONSECA BUZZI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 888/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora CLAUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 29/10/2021, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2979244** e o código CRC **5C775B27** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008015/2021-49

SEI nº 2979244

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE CLÁUDIA FONSECA BUZZI

CPF.: 342.834.711-00

ID.: 9072 MRE

1962 Filha de Mário Buzzi Filho e Rôsyrene Vieira Fonseca Buzzi, nasce em 31 de julho, em Presidente Prudente/SP

Dados Acadêmicos:

1984 Direito pela Universidade de São Paulo
1985 CPCD-IRBr
1995 CAD - IRBr
2007 CAE - IRBr, A literatura como instrumento da diplomacia cultural: reflexões à luz das relações Brasil-Argentina.

Cargos:

1986 Terceira-secretária
1992 Segunda-secretária
1999 Primeira-secretária, por merecimento
2004 Conselheira, por merecimento
2009 Ministra de segunda classe, por merecimento
2015 Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

1986-90 Divisão de Cadastro e Lotação, assistente
1990-91 Departamento da Ásia e da Oceania, assessora
1991-95 Embaixada em Buenos Aires, terceira-secretária e segunda-secretária
1995-96 Divisão de Visitas, assistente
1996-99 Divisão da América Meridional-I, assistente
1999-2001 Secretaria-Geral, assessora
2001-06 Embaixada em Buenos Aires, primeira-secretária
2006-09 Consulado-Geral em Buenos Aires, cônsul-geral adjunta
2009-12 Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, coordenadora
2012-14 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, chefe de Gabinete
2015-17 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, chefe de Gabinete
2017-19 Consulado-Geral em Buenos Aires, cônsul-geral
2019-21 Secretaria de Gestão Administrativa, secretária
2021- Assessoria Especial de Relações Federativas e com o Congresso Nacional, chefe de Assessoria

Condecorações:

1995 Ordem Cruz do Mérito, Alemanha, Cavaleiro
1996 Ordem do Príncipe Yaroslav O Sábio, Ucrânia, Cavaleiro
1999 Ordem do General San Martin, Argentina, Cavaleiro
2000 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2000 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2001 Medalha do Mérito Alvorada, Brasil
2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2017 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Gruz

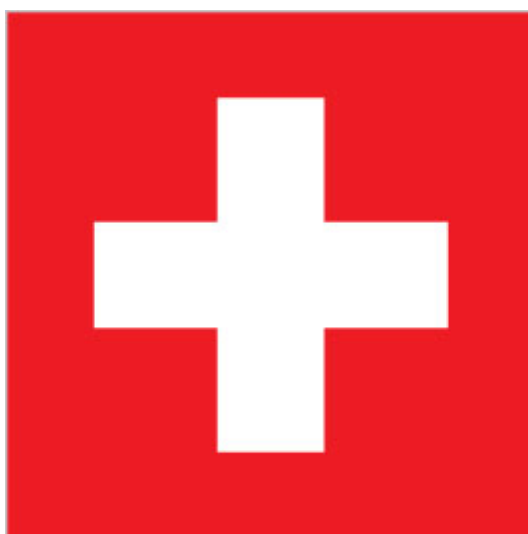
JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa II

SUÍÇA

Ficha-País



Setembro – 2021

Informação Ostensiva

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Confederação Suíça
GENTÍLICO	Suíço
CAPITAL:	Berna
ÁREA:	41.285 km ²
POPULAÇÃO (2016):	8,4 milhões de habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS:	Alemão, 63,7%; francês, 20,4%; italiano, 6,5%; e romanche, 0,7%
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos, 41,8%; protestantes, 35,3%; nenhuma, 11,1%; muçulmanos, 4,3%
SISTEMA POLÍTICO:	Parlamentarismo com poder executivo colegiado (Conselho Federal)
LEGISLATIVO	Bicameral: Conselho Nacional ("Conseil National") e Conselho dos Estados ("Conseil des États")
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente do Conselho Federal, Guy Parmelin (mandato rotativo para 2021)
CHANCELER	Chefe do Departamento de Negócios Estrangeiros Ignazio Cassis (desde nov./2017)
PIB nominal (2020)	US\$ 748 bilhões (fonte: World Economic Outlook – set/2021)
PIB nominal <i>per capita</i> (2020)	US\$ 80 mil (fonte: World Economic Outlook – set/2021)
PIB PPP <i>per capita</i> (2020)	US\$ 68 mil (fonte: World Economic Outlook – set/2021)
VARIAÇÃO DO PIB	-2,9% (2020); 1,1% (2019); 3,0% (2018); 2,3% (2017); 1,5% (2016)
IDH (2019)	0,955 (2ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019)	83,68
ALFABETIZAÇÃO	n/d
ÍNDICE DE DESEMPREGO	2,7% (fonte: Secretariado de Estado para a Economia (SECO) – agosto/2021)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco suíço (CHF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Pietro Lazzeri
BRASILEIROS NO PAÍS	79.000 (est.)

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ bilhões (MDIC)

Brasil → Suíça	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	4,4	4,4	5,3	5,1	4,2	3,5	2,7	3,0	3,8	3,3
Exportações	1,7	1,7	2,3	2,3	1,9	1,6	0,7	0,8	1,2	1,4
Importações	2,8	2,7	2,9	2,7	2,3	1,8	1,9	2,2	2,6	1,9
Saldo	- 1,1	- 1,0	- 0,5	- 0,4	- 0,4	- 0,2	- 1,1	- 1,4	- 1,4	-0,5

PERFIS BIOGRÁFICOS



GUY PARMELIN

PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO

Guy Parmelin (Partido Popular Suíço), 61 anos, é cidadão de Bursins, no cantão da Vaud. Formou-se em Agricultura e Viticultura em 1985. Iniciou a carreira política como presidente da comuna de Bursins, entre 1993 e 1999. Foi membro, pelo Partido Popular Suíço (SVP), do parlamento cantonal de Vaud, entre 1994 e 2003. Entre 2000 e 2004, foi presidente cantonal de seu partido. Em dezembro de 2015, foi eleito para o Conselho Federal (órgão de sete representantes que exerce de forma colegiada o poder executivo suíço). Exerce, peça primeira vez, a presidência rotativa da Confederação em 2021, sucedendo a Simonetta Sommaruga (Partido Socialista).



IGNAZIO CASSIS

CONSELHEIRO FEDERAL

CHEFE DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE ASSUNTOS ESTRANGEIROS

Ignazio Cassis (Partido Liberal), 58 anos, nasceu em Malcantone, no cantão de Ticino. Formou-se em medicina na Universidade de Zurique, em 1988. Especializou-se em medicina interna e em prevenção e saúde pública. Obteve mestrado em saúde pública (MPH), pela Universidade de Genebra, em 1996. Iniciou a carreira política em 2004, com eleição para a câmara legislativa do município de Collina d'Oro, em Ticino. Entre 2008 e 2012, foi vice-presidente da Associação Médica Suíça (FMH). Foi presidente da Curaviva (Associação de Abrigos e Instituições Sociais, 2012-2017) e da Curafutura (associação de seguradoras médicas, 2013-2017). Foi presidente do grupo parlamentar do Partido Liberal. A partir de 2015, presidiu o Comitê de Previdência e Saúde do Conselho Nacional. Entre 2007 e 2017, ocupou assento no Conselho Nacional (câmara baixa do parlamento). Foi eleito membro do Conselho Federal em setembro de 2017 e assumiu a chancelaria em 1º de novembro de 2017.

APRESENTAÇÃO

A Suíça, oficialmente Confederação Suíça, é uma república federal na Europa, composta por 26 cantões. A cidade de Berna é a sede do executivo e do parlamento. O país está situado na Europa Ocidental-Central e faz fronteira com a Itália ao sul, França a oeste, Alemanha ao norte e Áustria e Liechtenstein a leste. A Suíça é país sem litoral, geograficamente dividido entre os Alpes – que ocupam a maior parte do território –, a Cordilheira do Jura e o Planalto Suíço, onde se concentra a população e se localizam as principais cidades, entre as quais dois importantes centros globais: Zurique e Genebra.

A Confederação Suíça foi fundada em 1291 como aliança defensiva entre os cantões de Uri, Schwyz e Unterwalden. A união desses três cantões foi denominada Waldstätte e permaneceu sob o Sacro Império Romano-Germânico. A eles viriam a juntar-se, paulatinamente, outros cantões. O país garantiu sua autonomia no Sacro Império em 1499. Sua independência foi formalmente reconhecida na Paz da Vestefália, em 1648.

A Suíça tem história de neutralidade armada desde a Reforma Protestante e não participou de nenhum conflito armado desde 1815. É o berço da Cruz Vermelha e abriga inúmeras organizações internacionais, incluindo o segundo maior escritório das Nações Unidas, bem como a OMC, a OMPI e a UIT, entre outras agências internacionais. É membro fundador da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), porém não faz parte da União Europeia, do Espaço Econômico Europeu UE-EFTA, nem da Zona Euro. Participa do Espaço Schengen e do mercado único europeu por meio de tratados bilaterais. Integra também a Convenção de Dublin, que regula o sistema europeu de refúgio. O país só se tornou membro das Nações Unidas em 2002.

Abrangendo a intersecção da Europa germânica e românica, a Suíça compreende quatro principais regiões linguísticas e culturais: alemã (majoritária), francesa, italiana e romanche (língua reto-românica). A identidade nacional suíça está enraizada em fundo histórico comum, em valores compartilhados – como o federalismo e a democracia direta – e no simbolismo alpino.

A Suíça é um dos países mais desenvolvidos do mundo, com elevada renda nominal e o 5º maior PIB per capita. Está classificada no topo, ou perto dele, em várias métricas de desempenho nacional, incluindo transparência do governo, liberdades civis e qualidade de vida.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento entre o Brasil e a Suíça teve início na migração helvética, no século XIX, e deixou marcas no Rio de Janeiro – em Nova Friburgo e na região serrana –, assim como em cidades espalhadas por vários estados brasileiros. A Suíça estimava, ao final de 2019, em 13.900 o número de seus nacionais no Brasil – a 2ª maior comunidade na América Latina, pouco atrás da Argentina. Também segundo os dados oficiais do governo suíço, havia, em fevereiro de 2021, 22.055 cidadãos brasileiros residentes na Suíça. A cifra real, contudo, é muito superior, pois esse dado exclui brasileiros com nacionalidade suíça ou ingressados com passaporte europeu. Nas eleições de 2018, havia quase 20 mil eleitores brasileiros registrados na Suíça, cifra quase duas vezes superior à de eleitores na França. De acordo com estimativa dos consulados-gerais em Genebra e Zurique, em 2020 havia cerca de 80 mil brasileiros na Suíça (aproximadamente 1% da população do país). A entrada em vigor do Acordo Previdenciário, em outubro de 2019, beneficia significativamente essa expressiva comunidade.

Esses tradicionais laços de amizade entre o Brasil e a Suíça ganharam, há pouco mais de uma década, renovado impulso. A maior aproximação deu-se, em forte medida, por iniciativa da Confederação, que, como parte de sua estratégia de diversificação das parcerias internacionais, buscou prioritariamente, desde 2005, aproximação mais estreita com os países do BRICS, os Estados Unidos, a Turquia e o Japão.

Nesse contexto, foi assinado em 2008 – por ocasião da visita ao Brasil da chanceler Micheline Calmy-Rey –, o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica, assentado em três pilares: i) mecanismo regular de consultas políticas de alto nível; ii) projetos comuns de cooperação; e iii) coordenação nos organismos internacionais, em especial nas Nações Unidas.

As reuniões de consultas políticas – a mais recente das quais em Berna, em 27 de novembro de 2019 – realizam-se a cada ano, desde 2010, sob condução, no lado brasileiro, do Secretário-Geral do Itamaraty e, no lado suíço, do Secretário de Estado. Ambos os países mantêm, ainda, diálogos regulares em diversas áreas, como economia e comércio; finanças; ciência, tecnologia e inovação; temas consulares e migratórios; e direitos humanos.

A Suíça tem dado sinais, desde o primeiro momento do atual governo brasileiro, de interesse em manter diálogo e relação de trabalho. Partiu do presidente Ueli Maurer proposta de encontro com o Presidente Jair Bolsonaro em Davos, ocorrido em 23/01/19. Foi também por iniciativa suíça a visita de Ignazio Cassis ao Brasil em abril de 2019, ocasião em que se reuniu com o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

As visitas, nos últimos anos, de altas autoridades suíças ao Brasil, com assinatura de vários atos bilaterais, reafirmam a relevância conferida pela Suíça a essa relação. Em abril de 2019, como mencionado acima, o Chanceler Ignazio Cassis realizou sua primeira visita ao Brasil (e à América do Sul). Em julho de 2018, o Conselheiro Federal Ueli Maurer esteve em Brasília, na condição de Ministro das Finanças. Em maio de 2018, viajara a São Paulo o então Ministro da Economia, Johann Schneider-Ammann.

O Brasil é, na América Latina, o principal parceiro econômico da Suíça. Operam no país, segundo estimativa da Câmara de Comércio Suíço-Brasileira (Swisscam), com sede em São Paulo, cerca de 350 empresas de origem suíça, algumas das quais com

presença no mercado nacional há mais de 100 anos. No setor produtivo, ressaltam-se empresas como Nestlé (alimentos), Syngenta (defensivos agrícolas), Novartis, Clariant e Roche (setor fármaco-químico) e ABB-Asea Brown Boveri.

A Suíça era, no final de 2019 (últimos dados divulgados pelo Banco Central), a quinta principal origem de investimentos diretos no Brasil (IDP), com estoque de USD 44 bilhões, equivalentes a 5% do total de USD 874 bilhões: (i) USD 22 bilhões correspondiam a investimentos em participações de capital, item em que a Suíça estava na 9ª posição, com 3,6% do total; (ii) USD 22 bilhões se referiam a operações intercompanhia, nas quais a Suíça ocupava a 3ª posição, com 8,8% do total, superada, nesta ordem, apenas por Holanda e Luxemburgo.

Em matéria de proteção de investimentos, a Suíça reforçou o interesse em acordo bilateral de promoção e proteção de investimentos (APPI). Em 1994, os dois países chegaram a assinar um APPI, mas o acordo não foi ratificado pelo lado brasileiro. Para o lado suíço, é crucial que as negociações de um novo acordo de investimentos prevejam mecanismo de solução de controvérsias investidor-Estado. Na perspectiva suíça, os acordos de investimentos nos moldes do APPI são um dos elementos, ao lado dos acordos de livre comércio e dos acordos para evitar a dupla tributação, que definem o marco ideal para as relações da Confederação com outros países. O Brasil tem defendido junto à Suíça a assinatura do modelo brasileiro de acordo, o ACFI (Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos), baseado em 3 pilares: a) mitigação de riscos; b) governança institucional; e c) agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos. Esse modelo inclui, de resto, as cláusulas clássicas de proteção, excetuada a possibilidade de recurso a mecanismo de solução de controvérsias investidor-Estado.

Na esfera financeira e tributária, o Brasil e a Suíça mantêm diálogo regular. Em 4/1/2019, entrou em vigor o Acordo entre Brasil e Suíça sobre Troca de Informações em Matéria Tributária, concluído em 2015. No mesmo ano, entrou em funcionamento mecanismo bilateral para troca automática de informações bancárias, que visa a combater a evasão e a elisão fiscais. Trata-se de mecanismo estabelecido ao amparo da "Convenção Multilateral da OCDE sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária" e do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias. Em março de 2021, o Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros (DFAE) confirmou recebimento da nota informativa do cumprimento, pelo Brasil, dos requisitos internos para a entrada em vigor da Convenção para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais, assinada em maio de 2018. O parlamento suíço aprovou o acordo em março de 2019. Com isso, o acordo entrou em vigência, no plano internacional, em 16/3/2021.

Na balança comercial, persiste desequilíbrio em favor da Suíça e dificuldade enfrentada pelo Brasil, por motivos estruturais, para diversificar suas exportações.

De acordo com dados da base de dados Swiss-Impex, do governo suíço, o fluxo do comércio bilateral totalizou, em 2020, CHF 3,5 bilhões (USD 3,7 bilhões), o que representou decréscimo de 11% em relação a 2019, quando o fluxo comercial já havia mostrado decréscimo de 9%. A Confederação obteve superávit (CHF 716 milhões), tendo exportado CHF 2,1 bilhões e importado CHF 1,4 bilhão. Esses dados não são inteiramente coincidentes com os informados pelo governo brasileiro, segundo os quais o fluxo comercial totalizou, em 2020, USD 3,3 bilhões. De acordo com o Ministério da Economia, os principais produtos exportados pelo Brasil foram ouro não monetário (74%) e aeronaves (10%). Os capítulos 30 (produtos farmacêuticos) e 29 (produtos orgânicos) do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH) responderam, respectivamente, por 37% e 26% das vendas suíças.

O Brasil e a Suíça contam com Comissão Mista para Relações Comerciais e Econômicas, estabelecida por Memorando de Entendimento de 2007, cuja décima e mais recente edição se realizou virtualmente, em 19 de abril de 2021.

No âmbito multilateral, os dois países mantêm estreito diálogo e cooperação em matéria econômica, comercial, tributária e fiscal, com pontos de interesse mútuo refletidos em iniciativas patrocinadas pela OCDE e pelo G-20, no intuito de promover práticas de boa governança e de transparência nos negócios, combate à evasão e elisão fiscais e luta contra a corrupção. A Suíça apoia o ingresso do Brasil na OCDE.

Na área judiciária e tributária, o Brasil e a Suíça mantêm fluida cooperação bilateral, que tem sido importante ferramenta de combate à corrupção. Em visita ao Brasil do então Procurador-Geral suíço, Michael Lauber, em abril de 2019, o Ministro da Justiça e a Procuradora-Geral da República ressaltaram a relevância dessa cooperação.

No campo de direitos humanos, diálogo institucional foi estabelecido em 2017. No campo de ciência, tecnologia e inovação, os países contam com comitê conjunto de cooperação, cuja quarta reunião foi organizada em Brasília, em 7 de novembro de 2019, com foco em áreas prioritárias, como energias renováveis; tecnologias convergentes e habilitadoras; e tecnologias de informação e comunicação.

POLÍTICA INTERNA

A Suíça é um estado federal, com ampla diversidade cultural, linguística e religiosa, no qual o poder se divide entre Confederação (governo federal), cantões (unidades federativas) e municipalidades. A política interna das últimas décadas orienta-se, ao menos em tese, pelo princípio da busca de decisões de consenso. Há ampla liberdade política e administrativa dos 26 cantões e intensa utilização de mecanismos da democracia direta, como o referendo e a consulta popular.

O Conselho Federal é o órgão máximo do Poder Executivo suíço e conta com 7 membros (um dos quais exerce a presidência rotativa, com mandatos de 1 ano). Toma suas decisões, tanto quanto possível, de forma colegiada. A composição do Conselho Federal obedece, desde 1959, com raras exceções, a fórmula fixa – denominada "fórmula mágica" – que estabelece divisão das pastas entre partidos conforme sua representatividade no Parlamento. Hoje, o Conselho Federal apresenta a seguinte repartição entre os quatro principais partidos, com perfil predominante de centro-direita:

i) Partido Popular Suíço (SVP), também conhecido como União Democrática do Centro: de orientação conservadora e nacionalista e, portanto, mais à direita no espectro político. Conta com 55 "deputados" e 7 "senadores" e possui dois assentos no Conselho Federal;

ii) Partido Socialista (PS): única agremiação de esquerda com representação no Conselho Federal, com dois assentos. Tem 39 "deputados" e 9 "senadores";

iii) Partido Liberal Radical (FDP): de centro-direita, voltado à defesa dos princípios liberais (redução do papel do Estado e promoção das liberdades individuais). Conta com 29 "deputados" e 12 "senadores" e tem dois assentos no Conselho Federal;

iv) "O Centro" (DM): de centro, como o nome diz, favorece o princípio da "economia social de mercado". Compõe bloco que reúne 31 "deputados" e 13 "senadores" e tem um assento no Conselho Federal.

A adequação da fórmula mágica tem sido foco de debates na Suíça, em face do crescimento, nas eleições nacionais de 2019, dos dois partidos ambientalistas: o Partido Verde (PV), de esquerda, e o Partido Verde-Liberal (PVL), de orientação econômica liberal. Somadas, as duas agremiações possuem 46 "deputados" (30 do PV e 16 do

PVL), quase 25% do total. No “Senado”, apenas o PV está representado, com 5 cadeiras.

Nas questões mais relevantes, o Conselho Federal toma decisões por consenso e geralmente atua em consonância com o poder legislativo. Seus membros (Conselheiros Federais) são eleitos pela Assembleia Federal (duas casas do Parlamento) para mandatos de 4 anos. A reeleição, a cada fim de mandato, é uma regra geral. A Assembleia Federal elege, dentre os membros do Conselho Federal – para mandatos de um ano, em regime de rotação –, o Presidente da Confederação e o Vice-Presidente do Conselho Federal. O Presidente da Confederação é, basicamente, um "primus inter pares", com funções de representação e condução das sessões do Conselho Federal.

É a seguinte a distribuição de pastas ministeriais entre os atuais sete Conselheiros Federais (Ministros):

(i) Economia: Guy Parmelin (SVP), Conselheiro Federal desde 2016 e atual Presidente da Confederação.

(ii) Assuntos Estrangeiros: Ignazio Cassis (FDP), Conselheiro Federal desde 2017 e atual Vice-Presidente do Conselho Federal (salvo desdobramento muito imprevisto, será, assim, o Presidente da Confederação em 2022);

(iii) Interior (assuntos sociais): Alain Berset (PS), Conselheiro Federal desde 2012;

(iv) Meio Ambiente, Transporte, Energia e Comunicações: Simonetta Sommaruga (PS), Conselheira Federal desde 2010;

(v) Defesa, Proteção da População e Esporte: Viola Amherd (DM), Conselheira Federal desde janeiro de 2019;

(vi) Justiça e Polícia: Karin Keller-Sutter (FDP), Conselheira Federal desde janeiro de 2019;

(vii) Finanças: Ueli Maurer (SVP), Conselheiro Federal desde 2009.

Em eleição indireta realizada em 9/12/2020, em sessão conjunta das duas casas do Parlamento, foram eleitos, com mandatos para 2021, para a Presidência da Confederação, o Conselheiro Federal Guy Parmelin e, para a Vice-Presidência do Conselho Federal, o Conselheiro Federal Ignazio Cassis.

O Poder Legislativo (federal) é exercido pela Assembleia Federal, formada por duas casas: o Conselho dos Estados, composto por 46 membros ("senadores"), eleitos pelo voto majoritário de cada cantão ou semicantão (dois por cantão e um por semicantão); e o Conselho Nacional ("deputados"), integrado por 200 membros, eleitos pelo voto proporcional de cada cantão ou semicantão, cujo número de representantes é proporcional ao tamanho de sua população. Os "deputados" e "senadores" têm mandato de quatro anos.

O poder legislativo não se reúne de forma permanente. Realiza quatro sessões anuais. Como regra, os parlamentares exercem o mandato paralelamente a suas profissões e não mantêm gabinetes em Berna (trata-se do chamado “sistema de milícia”).

Em 30/11/2020, foram eleitos, para mandatos de um ano (2020/2021), os novos presidentes das duas casas do Parlamento suíço.

No Conselho Nacional (Câmara Baixa), Andreas Aebi (SVP), do cantão de Berna, substituiu Isabelle Moret (FDP), do cantão de Vaud. A Comissão de Assuntos Estrangeiros é presidida por Tiana Angelina Moser (PVL), e a de Assuntos Econômicos e Fiscais por Christian Lüscher (FDP).

No Conselho dos Estados (Câmara Alta), Alex Kuprecht (SVP), do cantão de Schwyz, substituiu Hans Stöckli (PS), do cantão de Berna. A Comissão de Assuntos

Estrangeiros é presidida por Damian Müller (FDP), e a de Assuntos Econômicos e Fiscais por Christian Levrat (PS).

O cenário político foi marcado, nos últimos anos, pelo fortalecimento do SVP, em detrimento dos principais partidos de centro e centro-direita. O SVP ganhou, entre 1995 e 2019, 24 assentos na Assembleia Federal, ao passo que o FDP e o DM (sucessor do CVP e do BDP) perderam, respectivamente, 16 e 6 assentos. Nas últimas eleições parlamentares, em outubro de 2019, destaca-se, no Conselho Nacional, o crescimento dos dois partidos ambientalistas – o Partido Verde (PV) e o Partido Verde Liberal (PVL) –, que angariaram, respectivamente, 13,2% e 7,8% dos votos. O Partido Popular Suíço (SVP) continuou a receber a maior parte dos escrutínios, mas em proporção reduzida em relação à eleição anterior: passou de 29,4% para 25,6%.

No Conselho dos Estados, o PV teve o maior incremento absoluto de assentos na nova legislatura (ganho de 4), sem, contudo, alterar de forma significativa o equilíbrio de forças entre a direita e a esquerda, pois a transição de assentos se deu, principalmente, entre Socialistas (que perderam 3 assentos) e Verdes. Na atual composição do Conselho dos Estados, o DM conta com 13 assentos; o FDP com 12; o PS com 9; o SVP com 7; e o PV com 5.

O Poder Judiciário é exercido pelo Tribunal Federal, pelo Tribunal Federal de Seguros e pela Corte Administrativa Federal. Na cúpula, está o Tribunal Federal, com sede em Lausanne, composto por 30 juízes e 15 suplentes eleitos pela Assembleia Federal, com mandato de seis anos. O Tribunal Federal de Seguros, com sede em Lucerna, composto por 11 juízes eleitos pela Assembleia Federal, também com mandato de seis anos, é divisão especial do Tribunal Federal.

POLÍTICA EXTERNA

O estatuto da neutralidade é a característica marcante da política externa suíça. Essa característica favoreceu sua escolha para sede de numerosos organismos internacionais. A Confederação hospeda, atualmente, 25 organizações de caráter intergovernamental, das quais 22 em Genebra – entre as quais a Organização Mundial do Comércio (OMC) –, assim como 250 organizações não estatais, associações e ONGs, incluindo a Cruz Vermelha Internacional e a Federação Internacional de Futebol (FIFA). A promoção da “Genebra Internacional” está entre as prioridades da política externa suíça.

A Suíça buscou, nos últimos anos, elevar o perfil de sua atuação internacional no âmbito das Nações Unidas – organização da qual só em 2002 passou a fazer parte – e de outros foros. Apresentou candidatura, pela primeira vez na história e após intenso debate doméstico, a cadeira rotativa do Conselho de Segurança, período 2023-24.

Tem-se valido do capital político de sua tradicional neutralidade, igualmente, para intermediar conflitos. Iniciativa relevante nesse sentido foi a assinatura de acordo com os Estados Unidos, em abril de 2019, para representação dos interesses daquele país na Venezuela – que não foi implementado por ausência de aprovação de Caracas.

A Suíça exerce, atualmente, os seguintes mandatos internacionais: (i) representação dos interesses do Irã no Egito e no Canadá; (ii) representação dos interesses dos Estados Unidos no Irã; e (iii) representação recíproca de interesses entre o Irã e a Arábia Saudita e entre a Rússia e a Geórgia. Representou os interesses brasileiros em Cuba entre 17/8/1964 e 30/7/1986.

A União Europeia é, de longe, o principal parceiro comercial suíço. Em 2020, 54,5% das exportações tiveram por destino o bloco europeu, e 66,3% das importações

foram oriundas da UE. Por 50,3% a 49,7%, porém, a população helvética rejeitou, em referendo de 1992, a participação do país na Área Econômica Europeia UE-EFTA. A fim de assegurar forma flexível de participação suíça nesse mercado único, construiu-se, na sequência, ao longo dos anos, a chamada "via bilateral", por meio da conclusão de mais de 100 acordos temáticos bilaterais.

A manutenção dessa fórmula flexível e *ad hoc* de participação no mercado único tornou-se politicamente inaceitável para o agrupamento europeu, em particular no contexto do Brexit. Por iniciativa da UE, assim, concluiu-se, no final de 2018, a negociação de um acordo-quadro, espécie de "guarda-chuva" para a rede de acordos bilaterais UE-Suíça, mas o documento acabou não assinado, em razão de resistências de todo o espectro político suíço.

O anúncio do abandono definitivo das negociações, por iniciativa suíça, ocorreu em maio de 2021. Considerou-se que seriam irreconciliáveis as posições das duas partes em relação aos três pontos mais controversos do documento: proteção salarial, subsídios estatais e direitos sociais a imigrantes europeus.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Suíça apresentou, em 2020, PIB de USD 747,97 bilhões. Esse resultado representa retração econômica de 2,9%, resultado menos desfavorável do que se previra ao longo do ano. Ainda assim, essa foi a maior queda da economia suíça desde 1975.

Em 2021, prevê-se crescimento de 3,2% e, em 2022, de 3,4%, não obstante o alto grau de incerteza dessas previsões favoráveis, sobretudo em razão dos riscos de prolongamento da crise sanitária.

O país – sede de algumas das principais multinacionais globais, bem como de uma série de empresas renomadas pela constante busca de inovações tecnológicas – notabiliza-se nos segmentos industriais de química e farmacêutica; metais e pedras preciosas; alimentos, bebidas e tabaco; e instrumentos de precisão. Distingue-se, ademais, pela expressão de seus setores de serviços financeiros e de turismo.

A economia suíça vinha apresentando até a pandemia de covid-19, ano após ano, crescimento regular, em ambiente econômico caracterizado por reduzida inflação, baixo endividamento público (inferior a 30% do PIB), baixíssima taxa de desemprego e contínuos superávits na balança de transações correntes (na faixa de quase 10% do PIB). O país é regularmente classificado nos primeiros lugares em *rankings* internacionais de competitividade global, liberdade econômica e inovação tecnológica.

No comércio global, a Suíça caracteriza-se como mercado muito aberto, excetuando-se o altíssimo grau de proteção da agricultura. Em 2020, as exportações atingiram CHF 299,2 bilhões (USD 318,9 bilhões); as importações, CHF 272,9 bilhões (USD 304 bilhões). Os maiores mercados de exportação da Suíça são, em ordem decrescente: Alemanha, Estados Unidos, China, Itália, França e Reino Unido. Os de importação são Alemanha, Itália, China, França, Estados Unidos, e Espanha.

No âmbito da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), a Suíça impulsiona negociações de acordos de livre comércio como parte de estratégia de manutenção do crescimento econômico no longo prazo. A EFTA é atualmente parte de 29 acordos de livre-comércio, que abrangem 40 países e territórios fora da UE.

Na esfera bilateral, a Suíça possui cinco outros ALCs em vigor, com China, Japão, Ilhas Faroe, Reino Unido e União Europeia.

O mecanismo de diálogo MERCOSUL-EFTA, com assinatura de declaração conjunta de cooperação, foi estabelecido em dezembro de 2000. As negociações para

um acordo de livre comércio, lançadas em 2017, chegaram a sua conclusão em agosto de 2019.

Até a realização de referendo sobre o ALC EFTA-Indonésia, em 7/3/2021, o governo suíço dava consistentes sinais de interesse em concluir o acordo com o MERCOSUL ainda em 2021. Havia expectativa de que o ALC com a Indonésia seria aprovado com maioria confortável, em razão de conjuntura interna particularmente favorável. Ao contrário do que se esperava, contudo, a aprovação se deu por margem estreita (apoio de 51,6%). Esse desdobramento levou de imediato a processo de reexame da agenda de negociações comerciais por parte da Suíça, inclusive com o MERCOSUL.

Diante desse novo quadro, a Suíça seguirá os movimentos da UE em favor de uma alegada necessidade interna de reforço dos compromissos de sustentabilidade relacionados ao ALC MERCOSUL-EFTA. Dessa forma, tornou-se muito improvável a perspectiva de assinatura do acordo ainda em 2021. Em mensagem encaminhada em 13 de setembro ao Parlamento sobre os objetivos do Conselho Federal para 2022, o presidente da Confederação, Guy Parmelin, reiterou a intenção do Conselho Federal de conclusão dos pontos ainda em aberto do ALC MERCOSUL-EFTA e de sua assinatura em 2022.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1648 – Países europeus reconhecem a independência helvética e sua neutralidade
1798 – Exércitos da Revolução Francesa conquistam a Suíça
1798 – Proclamação da República Helvética em 12 de abril
1815 – Congresso de Viena restabelece a independência do país
1848 – Suíça adota uma Constituição Federal, que sofre extensas emendas em 1874 e 1999
1914 – I Guerra Mundial. Neutralidade suíça
1933 – “ <i>Spiritual Defense</i> ”. Defesa da independência e da democracia contra os nazistas
1939 – II Guerra Mundial. Neutralidade suíça
1945 – Início do período de prosperidade: estabilidade política e progresso econômico
1971 – Introdução do direito de voto às mulheres
1992 – Ingresso no Espaço Econômico Europeu (EEE) é rejeitado em referendo popular
1999 – Atual Constituição Federal
2002 – Suíça torna-se membro integrante das Nações Unidas
2005 – Referendo aprova livre-circulação de pessoas com a UE
2014 – Proposta do partido UDC, a qual prevê a imposição de quotas de imigração mais restritas, é aprovada em referendo popular, em fevereiro
2014 – Simonetta Sommaruga é eleita Presidente do Conselho Federal para o ano de 2015.
2015 – Joahann Schneider-Ammann é eleito Presidente do Conselho Federal para o ano de 2016.
2015 – Realizadas eleições para a câmara baixa e para o senado, com vitória do Partido do Povo Suíço.
2016 – Doris Leuthard é eleita Presidente do Conselho Federal para o ano de 2017.
2016 – Os eleitores suíços rejeitam, em referendo, proposta de renda mínima para todos os residentes.
2017 – Alain Berset é eleito Presidente do Conselho Federal para o ano de 2018.
2017 – Ignazio Cassis é nomeado chefe do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros (cargo equivalente ao de Ministro das Relações Exteriores, no Brasil)
2018 – Ueli Maurer é eleito Presidente da Confederação para o ano de 2019
2019 – Crescimento dos partidos verdes nas eleições nacionais
2019 – Simonetta Sommaruga é eleita Presidente da Confederação para o ano de 2020.
2020 – Guy Parmelin é eleito Presidente da Confederação para o ano de 2021.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1818 – D. João VI autoriza 100 famílias suíças a se instalarem como imigrantes na então Fazenda do Morro Queimado, no Rio de Janeiro.
- 1819 – Nomeado cônsul no Rio de Janeiro o cidadão suíço Sebastian Nicolás Gachet, que havia organizado a instalação daquelas famílias com apoio financeiro do Brasil.
- 1820 – Com a vinda de novos imigrantes suíços, aquele núcleo de colonização prospera e se transforma na “vila de Nova Friburgo”.
- 1826 – Reconhecimento da independência do Brasil pelo governo da Confederação Suíça (carta de 30 de janeiro enviada a D. Pedro I pelo Conselho Federal, então baseado em Lucerna).
- 1855 – Primeiro representante diplomático (Cônsul) do Brasil em Berna, José Francisco Guimarães.
- 1856 – Estabelecimento, no Estado do Espírito Santo, de uma nova colônia de imigrantes suíços (hoje, município de Rio Novo do Sul).
- 1880 – Primeira empresa suíça (Bally, fabricante de calçados) a instalar-se no Brasil.
- 1890 – Nomeação do primeiro ministro plenipotenciário do Brasil em Berna, Barão de Aguiar d’Andrada.
- 1898-1900 – Barão do Rio Branco designado como enviado especial do Brasil em Berna, no contexto da arbitragem suíça sobre questão territorial com a França (Amapá). Laudo suíço, com data de 1º/12/1900, foi inteiramente favorável ao Brasil.
- 1907 – Designação do primeiro representante diplomático da Suíça no Brasil, Albert Gertsch, como encarregado de negócios.
- 1920 – Designação de Albert Gertsch como ministro plenipotenciário.
- 1958 – Legação suíça no Rio de Janeiro elevada à condição de Embaixada.
- 1959 – Legação brasileira em Berna elevada à condição de Embaixada; assume o primeiro Embaixador do Brasil na Suíça, Afrânio de Mello Franco.
- 1994 – Visita ao Brasil do Conselheiro Federal Jean Pascal Delamuraz, Chefe do Departamento Federal de Economia
- 1997 – Primeira visita oficial de um Ministro do Exterior suíço ao Brasil, Conselheiro Federal Flavio Cotti.
- 1998 – Primeira visita oficial de Chefe de Estado brasileiro a Berna, Presidente Fernando Henrique Cardoso.
- 2006 – Departamento Federal de Economia estabelece estratégia específica de ação junto aos países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).
- 2007 – Assinatura, em Brasília, pelo Chanceler Celso Amorim e pela Conselheira Federal Doris Leuthard, de Memorando de Entendimento que cria a Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais.
- 2007 – Visita a Berna do Chanceler Celso Amorim.
- 2008 – Visita ao Brasil da Conselheira Federal para Assuntos Exteriores da Suíça, Micheline Calmy-Rey.
- 2009 – Visita oficial do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, a Berna (setembro).

2009	– Visita oficial à Suíça do Ministro da Justiça, Tarso Genro (novembro).
2010	– 1ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Peter Maurer, em Berna (junho).
2010	– Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal Didier Burkhalter, Chefe do Departamento Federal do Interior (agosto).
2011	– Encontro do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, com a Presidente da Confederação suíça, Micheline Calmy-Rey, em Davos (janeiro).
2011	– 2ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Peter Maurer, em Brasília (junho).
2011	– Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal Johann Schneider-Ammann, Chefe do Departamento Federal de Economia (outubro).
2012	– 3ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Yves Rossier, em Friburgo (novembro).
2013	– Visita da Conselheira Federal Doris Leuthard (novembro).
2013	– 4ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
2014	– Visita do Conselheiro Federal Schneider Ammann.
2015	– 5ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Berna.
2015	– Assinatura do Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e das Notas para Isenção de Vistos em Passaportes Comuns
2016	– 6ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
2016	– Pascale Baeriswyl sucede Yves Rossier no cargo de Secretário de Estado do Departamento Federal dos Assuntos Estrangeiros.
2016	– O Presidente da Confederação Suíça, Johann Schneider-Ammann realiza viagem ao Brasil.
2017	– 7ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Berna.
2018	– O Conselheiro Federal Johann Schneider-Ammann realiza visita ao Brasil acompanhado de expressiva delegação de empresários suíços,
2018	– Assinatura do Acordo para Evitar a Dupla Tributação entre o Brasil e a Suíça.
2018	– 8ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
2019	– Encontro em Davos entre os presidentes Jair Bolsonaro e Ueli Maurer
2019	– Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal para Assuntos Estrangeiros Ignazio Cassis. Reunião com o Chanceler Ernesto Araújo.
2019	– 9ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Berna.
2020	– O Ministro da Economia, Paulo Guedes, participa do Fórum Econômico Mundial, em Davos, onde se reúne com os Conselheiros Federais Guy Parmelin e Ueli Maurer.
2021	– O Embaixador Pietro Lazzeri apresenta, em julho, cópias figuradas das Cartas Credenciais ao Secretário-Geral do Itamaraty, Fernando Simas Magalhães

ACORDOS INTERNACIONAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Protocolo sobre Aduanas, Impostos e Tarifas	03/05/2018	Em vigor.
Convenção entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais.	03/05/2018	Em vigor.
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais Regulares em Matéria de Direitos Humanos.	09/06/2017	Em vigor
Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Confederação Suíça sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	23/11/2015	Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o intercâmbio de informações sobre matéria tributária	23/11/2015	Em vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça sobre Isenção de Requisitos de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	21/04/2015	Em vigor
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça, para o estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de ambos os Países	21/04/2015	Em vigor
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça	03/04/2014	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Departamento Federal de Relações Exteriores da Confederação Suíça para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Consulares e Migratórias	22/11/2013	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço Relativo a Serviços Aéreos Regulares	08/07/2013	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço relativo ao Intercâmbio de Treinandos	13/10/2011	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia	29/09/2009	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes	15/06/2009	Em vigor

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça para o Estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica	14/08/2008	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Confederação Suíça para o Estabelecimento de uma Comissão Mista para Relações Comerciais e Econômicas	08/02/2007	Em vigor
Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça	12/05/2004	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça sobre Serviços Aéreos Regulares	29/07/1998	Superado
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça	06/07/1995	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos	11/11/1994	Superado
Ajuste Complementar, por Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, ao Acordo de Transportes Aéreos para Inclusão de Milão no Quadro de Rotas Brasileiro.	27/04/1984	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, atualizando e Modificando o Protocolo de Assinatura Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	12/02/1981	Em vigor
Ajuste Modificativo dos Incisos I e II do Anexo A do Acordo sobre Transportes Aéreos, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	27/07/1978	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica sobre o Projeto de Cooperação entre o Instituto Ingenbohl e o SENAI-BA, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	05/08/1975	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica que Regulamenta o Projeto de Cooperação entre a "Caritas" e Fundação Bahiana, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	26/05/1975	Em vigor
Acordo Modificativo do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	23/01/1975	Em vigor
Ajuste sobre Aplicação, em Projetos de Cooperação Técnica, de Recursos Originados do Acordo Internacional sobre Cereais, de 1967, entra a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	01/12/1972	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 26 de abril de 1968, Relativo à Cooperação do Movimento Popular das Famílias (MPF) à Cooperativa Mista Artesanal do Recife (COMAR), entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	19/06/1972	Em vigor

Ajuste Relativo à Cooperação Técnica entre o SENAI de São Paulo e a Fundação Suíça de Assistência ao Desenvolvimento Técnico, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 1968.	18/04/1972	Em vigor
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça Relativo à Prestação de Assistência Técnica ao Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (INUFP).	10/01/1972	Expirado
Convênio sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	30/06/1971	Em vigor
Acordo para a Dispensa da Legalização Consular entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	14/10/1970	Em vigor
Ajuste Complementar relativo ao Ajuste Internacional sobre Cereais de 1967 para a Compra de Trigo entre a Confederação Suíça e a República Federativa do Brasil.	11/03/1970	Expirado
Acordo para o Desenvolvimento Agrícola do Vale do Capibaribe entre os Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suíça.	17/06/1968	Expirado
Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	16/05/1968	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	26/04/1968	Em vigor
Acordo de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	26/05/1965	Expirado
Protocolo Adicional ao Acordo de Consolidação dos Compromissos Comerciais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	09/10/1964	Expirado
Acordo de Consolidação de Compromissos Comerciais e Protocolo Adicional entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	09/10/1964	Expirado
Memorando sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suíça.	25/06/1962	Em vigor
Acordo sobre Isenção Recíproca do Imposto de Renda para as Empresas Brasileiras e Suíças de Navegação Aérea e Marítima entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	22/06/1956	Em vigor
Substituição dos Quadros de Rotas Anexos ao Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares de 10 de Agosto de 1948 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	27/08/1954	Expirado
Acordo sobre a Vinda de Refugiados para Colônias do Estado de Goiás entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	14/12/1950	Expirado

Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	10/08/1948	Denunciado
Entendimento entre os Estados Unidos do Brasil e a Confederação Helvética sobre Dispensa de Visto para Turistas	05/02/1948	Superado
Acordo para a Liberação dos Congelados entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	24/07/1936	Expirado
Acordo Comercial Provisório entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	24/07/1936	Expirado
Tratado de Extradicação entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	23/07/1932	Em vigor
Acordo Comercial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	29/10/1931	Substituído
Tratado para a Solução Judicial das Controvérsias entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	23/06/1924	Em vigor
Acordo para a Aplicação, Mediante Reciprocidade, do Decreto nº 855, de 08 de novembro de 1851, às Sucessões dos Suíços Falecidos no Brasil, a Contar de 01 de janeiro de 1896 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	25/11/1895	Denunciado
Convenção sobre Atribuições Consulares entre o Império do Brasil e a Confederação Suíça.	21/10/1878	Denunciado
Convenção para Regular os Direitos, Privilégios e Imunidades Recíprocas dos Cônsules, Vice-Cônsules e Chanceleres, e as Funções e Obrigações a que Ficam Respectivamente Sujeitos nos Dois Países, o Império do Brasil e a Confederação Suíça.	26/01/1861	Denunciado



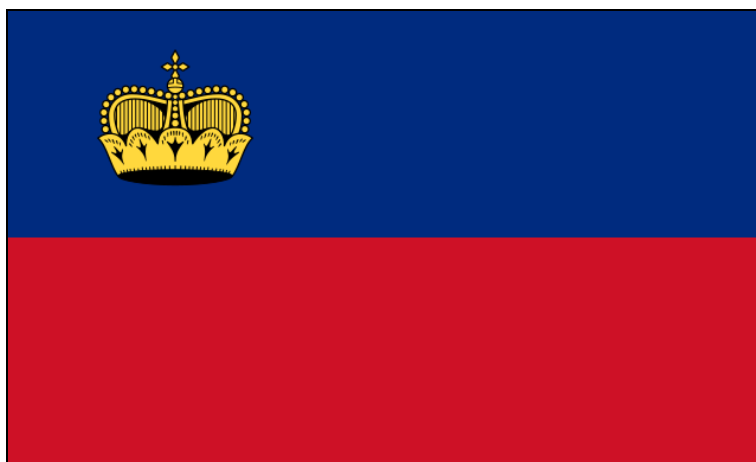
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África

Departamento de Europa

Divisão de Europa I

LIECHTENSTEIN



FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Principado de Liechtenstein
GENTÍLICO	Liechtensteinense
CAPITAL	Vaduz
ÁREA	160 km ²
POPULAÇÃO (2020) ¹	38.137 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES ²	Católica (76%), protestante (9%), islâmica (5%), sem afiliação (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (<i>Landtag</i>), com 25 conselheiros
CHEFE DE ESTADO	Príncipe Hans-Adam II (desde novembro de 1989); Príncipe regente Alois (desde agosto de 2004)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Daniel Risch (desde março de 2021, União Patriótica)
CHANCELER	Dominique Hasler (desde março de 2021, União Patriótica)
PIB (2018) ¹	US\$ 6,8 bilhões
PIB PER CAPITA (2018) ¹	US\$ 181.402
VARIAÇÃO DO PIB ²	-11% (2020E); 4,2% (2018); 5% (2017)
IDH (2019) ³	0,919 – 19º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2019) ¹	83,04
ALFABETIZAÇÃO (2019) ²	99%
DESEMPREGO (12/2020) ²	1,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco suíço (fr)
COMUNIDADE BRASILEIRA ⁵	Cerca de 100 pessoas

Fontes: (1) Banco Mundial; (2) Trading Economics; (3) PNUD; (4) Estimativa do Itamaraty

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Liechtenstein	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	33	10	10	16	22	14
Exportações	23	0,3	0,09	7	9	6
Importações	9	9	10	10	13	8
Saldo	14	-9	-10	-3	-4	-2

Fonte: ComexVis – Ministério da Economia

PERFIS BIOGRÁFICOS

Hans-Adam II

Príncipe de Liechtenstein



Nasceu em 1945, em Zurique (Suíça). Filho primogênito do Príncipe Franz Joseph II de Liechtenstein e da princesa Gina. É casado com a Condessa Marie Kinsky de Wicznitz e Tettau e tem quatro filhos. Coursou o ensino médio em Viena (Áustria) e em Zuoz (Suíça). Após sua graduação, trabalhou como *trainee* no Banco de Londres. Formou-se, em 1969, na Universidade de St. Gallen. Em 1970, recebeu o mandato de reorganizar a administração dos ativos da dinastia (*Fürstenhaus*). Foi indicado, em 1984, Representante Permanente de seu pai, o Príncipe Franz Josef II, e passou a administrar os negócios do Estado. Assumiu o reinado em 13 de novembro de 1989, com a morte do pai. Sob sua liderança, Liechtenstein ingressou, em 1990, nas Nações Unidas (ONU) e, em 1995, na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Alois

Príncipe herdeiro e regente de Liechtenstein



Nascido em 1968 em Zurique. Filho mais velho do Príncipe Hans-Adam II e da princesa Marie. Em 1988, iniciou graduação em Direito na Universidade de Salzburgo, onde concluiu os estudos em 1993, com o título de mestre. Entre setembro de 1993 e maio de 1996, trabalhou no setor financeiro em Londres. Mudou-se, então, para Vaduz, onde passou a ocupar-se da administração dos ativos da família. Em 15 de agosto de 2004, recebeu delegação para o exercício de todas as atribuições de chefe de Estado como representante de seu pai.

Daniel Risch

*Primeiro-Ministro e Ministro de Assuntos Gerais do Governo e das
Finanças de Liechtenstein*



Nasceu em 1978, em Grabs (Suíça). É graduado em Economia pela Universidade de Zurique e doutor em informática empresarial pela Universidade de Friburgo. Com carreira consolidada na iniciativa privada e participação política por meio do partido União Patriótica, Risch foi nomeado vice-chefe de governo de coalizão em 2017. Em 2021, tornou-se Primeiro-Ministro, após seu partido vencer as eleições do mesmo ano.

Dominique Hasler

Ministra dos Negócios Estrangeiros, Educação e Esportes de Liechtenstein



Nasceu em 1978, em Mauren. Foi professora de educação especial em diversas escolas até tornar-se mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Liechtenstein. Membro do partido União Patriótica, Hasler foi nomeada Ministra do Interior, Educação e Meio Ambiente após as eleições de 2017. Em 2021, com a vitória de seu partido nas eleições, tornou-se Ministra dos Negócios Estrangeiros, Educação e Esportes.

APRESENTAÇÃO

Em 1719, Carlos VI, Sacro Imperador Romano Germânico, decretou a unificação das comunidades de Schellenberg e Vaduz, de propriedade da família austríaca Liechtenstein, elevando-as à condição de Principado.

Em 1806, após a dissolução do Sacro Império, o Principado ratificou a Confederação do Reno, tornando-se Estado soberano. Ocupado tanto por tropas francesas quanto por russas durante as Guerras Napoleônicas, o Principado recuperou a independência em 1815, no Congresso de Viena, quando passou a fazer parte da Confederação Germânica, que veio a ser dissolvida em 1866.

Em 1852, Liechtenstein adotou União Econômica com o Império Austríaco. Após a Primeira Guerra Mundial, o Principado aproximou-se da Suíça, com quem estabeleceu uma união aduaneira (1923) e monetária (1924).

Liechtenstein é membro das Nações Unidas, da Associação Europeia de Livre Comércio e do Conselho da Europa. Embora não seja membro da União Europeia, o país participa do Espaço Schengen e do Espaço Econômico Europeu (EEE).

Com 160 quilômetros quadrados, o pequeno país alpino faz fronteira a oeste com a Suíça (o rio Reno separa os dois países) e a leste e norte com a Áustria. O país é dividido em duas regiões – o Baixo País (*Unterland*) e o Alto País (*Oberland*) – divididas em 11 comunas. Do total de habitantes, 65% são liechtensteinenses e o restante, imigrantes. A capital é Vaduz, que concentra o mercado financeiro e as instituições federais. A principal cidade, entretanto, é Schaan.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES

Embaixador do Brasil em Berna (cumulatividade – Liechtenstein)	Evandro de Sampaio Didonet (desde novembro de 2018)
Embaixador da Suíça em Brasília (representante dos interesses de Liechtenstein no Brasil)	Pietro Lazzeri (desde setembro de 2021)

Brasília e Vaduz mantêm laços cordiais. O diálogo diplomático se realiza por meio das Embaixadas do Brasil em Berna e da Suíça em Brasília, esta representante dos interesses do Principado no território nacional.

A Associação Casa Brasil, fundada em 2012 com a finalidade promover e divulgar as artes brasileiras, desenvolve atividades regulares no Principado. Oferece aulas semanais em língua portuguesa a crianças de diversas faixas etárias, com conteúdo de arte, folclore, música e história do Brasil.

COMÉRCIO

Em 2020, o valor das exportações brasileiras elevou-se a cerca de US\$ 6,1 milhões (-30,7% em relação a 2019), enquanto os bens importados pelo Brasil totalizaram cerca de US\$ 8,1 milhões (-38,6%), de forma que a balança comercial brasileira com Liechtenstein apresentou, em 2020, déficit de cerca de US\$ 2 milhões.

Vale notar que o baixo valor relativo das exportações brasileiras para Liechtenstein pode explicar a variação abrupta na pauta e no valor de exportações de ano a ano. Em 2019, por exemplo, óleos combustíveis representaram 83% das exportações brasileiras para aquele país, enquanto areia e cascalho representaram 14%. As importações são mais diversificadas, sobretudo baseadas em partes e acessório de veículos automotivos (38%); outros artigos manufaturados (19%); e medicamentos e produtos farmacêuticos (17%).

ACORDO MERCOSUL-EFTA

Foram concluídas, em 23/08/2019, as negociações do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. Com sua entrada em vigor, o MERCOSUL passará a contar, na condição de parceiro preferencial, com liberalização total e imediata, nos quatro países da EFTA, das tarifas aplicadas à importação de 100% do universo industrial e pesqueiro. A expectativa em Liechtenstein é que a tramitação do processo de aprovação seja iniciada assim que terminar a revisão do acordo.

ASSUNTOS CONSULARES

O Consulado-Geral do Brasil em Zurique é responsável por atender as demandas consulares originárias do território de Liechtenstein. O Consulado-geral do Brasil em

Zurique estima que haja em torno de 100 brasileiros vivendo atualmente em Liechtenstein.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

Liechtenstein é uma monarquia constitucional com regime parlamentarista de governo. O Príncipe é um monarca hereditário. O líder do maior partido no parlamento (*Landtag*) é indicado para o cargo de Primeiro-Ministro, enquanto o líder do maior partido de oposição é indicado para o cargo de Vice-Primeiro-Ministro. O parlamento é unicameral, com 25 membros, eleitos por voto direto, para mandato de quatro anos. O Gabinete é eleito pelo parlamento e confirmado pelo Príncipe regente. Os dois principais partidos políticos são o Partido Progressista dos Cidadãos (FBP, centro-direita) e a União Patriótica (VU, centro-direita).

O Príncipe regente é o chefe de Estado e inaugura a sessão anual do parlamento no início do ano, na cerimônia da Fala do Trono. O tradicional discurso, feito por ocasião da sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos do *Landtag*, é importante evento político do Principado, no qual se anunciam as grandes linhas que nortearão o governo.

Em 2003, foi adotada nova Constituição, com concessão de maiores poderes ao Príncipe, mediante aprovação popular (64% para o “sim”). O regente acumulou poderes para destituir o governo e vetar leis, passou a ter mais influência na nomeação de juízes e tornou-se imune à jurisdição do tribunal constitucional. Pela primeira vez, de outro lado, os cidadãos receberam a prerrogativa de expressar seu descontentamento com a atuação do Príncipe, por meio de convocação de referendo específico.

CONTEXTO RECENTE

As eleições parlamentares de fevereiro de 2021 foram decididas por diferença irrisória de apenas 23 votos. A União Patriótica deverá receber a incumbência de liderar o governo do Principado de Liechtenstein. Em segundo lugar, ficou o Partido Progressista dos Cidadãos, que deverá compor a coalizão governista. A coalizão entre VU e FBP forma tradicionalmente o governo do Principado (ininterruptamente desde 2005).

O partido de direita Independentes (DU), que havia surpreendido no pleito de 2017, não alcançou a cláusula de barreira e não terá representação na nova legislatura. O DpL atingiu a cláusula de barreira e terá 2 cadeiras na legislatura que se inicia em 2021.

Foram os seguintes os resultados das eleições:

- União Patriótica (VU), 35,9% – 10 cadeiras (+2);
- Partido Progressista dos Cidadãos (FBP), 35,9% – 10 cadeiras (+1);
- Lista Livre (FL - verdes), 12,9% – 3 cadeiras (mesmo número da legislatura anterior);
- Democratas pelo Liechtenstein (DPL - direita), 11,1% – 2 cadeiras (+2);
- Independentes (DU - direita), 4,24% – sem representação parlamentar (-5), em razão da cláusula de barreira de 8%.

Em 25 de março tomou posse o novo governo, com a seguinte composição:

- Daniel Risch (União Patriótica) – Primeiro-Ministro, Ministro de Assuntos Gerais do Governo e Finanças;
- Sabine Monauni (Partido Progressista dos Cidadãos) – Vice-primeira-Ministra, Ministra de Interior, Economia e Meio Ambiente;
- Graziella Marok-Wachter (União Patriótica) – Ministra de Infraestrutura e Justiça;
- Dominique Hasler (União Patriótica) - Ministra de Negócios Estrangeiros, Educação e Esportes;
- - Manuel Frick (Partido Progressista dos Cidadãos) – Ministro de Assuntos Sociais e Cultura.

POLÍTICA EXTERNA

Liechtenstein considera fundamental a manutenção de relações estreitas com seus vizinhos imediatos, Suíça e Áustria. Define, ademais, quatro outros países prioritários para suas relações exteriores: Alemanha, Estados Unidos, Santa Sé e República Tcheca. Outros Estados tornam-se progressivamente mais importantes e incluem, em particular, os outros componentes do EFTA (Islândia e Noruega) e membros individuais da União Europeia considerados estratégicos.

Por fazer parte do Espaço Econômico Europeu (EEE), Liechtenstein forma, ao lado dos Estados-membros da União, área de livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais. A importância da relação com a UE é medida, contudo, não só pelas vantagens advindas do mercado único, mas também pelos desafios comuns, que incluem cooperação em fóruns internacionais e apoio na implementação de sanções definidas pelo bloco.

Com a exceção do Tratado Aduaneiro com a Suíça, de 1923, os demais pilares da política econômica externa de Liechtenstein – EEE, EFTA e OMC – datam do início dos anos 90. Em 1991, no decurso de negociações sobre eventual adesão ao EEE, o país tornou-se membro pleno da EFTA. Em 1995, seguiu-se a adesão formal ao EEE e à OMC.

Na esfera multilateral, além de integrar os diversos organismos do Sistema ONU, Liechtenstein é membro fundador da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e faz parte do Conselho da Europa desde 1978. A participação do país nesses fóruns tem como objetivos principais a proteção e a promoção dos direitos humanos, do estado de direito e do direito internacional. Merecem destaque as contribuições do país à justiça criminal internacional, tema em que o engajamento em favor do Tribunal Penal Internacional (TPI) e do Mecanismo da Síria (IIIM) ganharam notoriedade recente.

ECONOMIA

Durante séculos, Liechtenstein foi relativamente isolado, dependente de seu pequeno setor agrícola e de reduzida produção têxtil para sustentar sua economia. Após a Segunda Guerra Mundial, entretanto, redefiniu-se como sociedade industrial moderna e orientada à exportação.

Desde 1924, Liechtenstein adota o franco suíço como moeda oficial. Todas as moedas, cédulas e outros meios de pagamento utilizados na Suíça são reconhecidos como moeda oficial no Principado.

Liechtenstein possui economia próspera, extremamente diversificada, altamente industrializada, com um setor vital de serviços financeiros e um dos mais elevados PIBs per capita do mundo. O alto valor de seu PIB origina-se, principalmente, do setor de serviços, que responde por 54% do PIB, e da indústria, que representa 41%. O setor de serviços financeiros, individualmente, equivale a 25% do PIB de Liechtenstein.

O governo aposta no desenvolvimento e na utilização de novas tecnologias. Nesse sentido, o programa Impulse Liechtenstein, lançado em 2016, tem por objetivo apoiar modelos de negócio inovadores e atrair novas *start-ups* ao país. Na mesma linha, têm sido estimuladas iniciativas de *e-government*, com vistas a facilitar o acesso da população a informações e serviços públicos.

Uma característica da economia de Liechtenstein é o grande número de pequenas e médias empresas. Em 2017, havia 95 empresas com atividades no setor agrícola, 604 no industrial e 4.011 no setor de serviços. Outro aspecto distintivo de sua economia é a expressiva presença de trabalhadores transfronteiriços, responsável, em 2017, por 55% da força de trabalho do país.

REGIME TRIBUTÁRIO

Liechtenstein optou por regime de baixa tributação para atrair empresas e capitais e fomentar a prosperidade local. Essas regras, contudo, foram flexibilizadas nos últimos anos, especialmente a partir de 2009, quando a OCDE retirou o país de sua lista de paraísos fiscais não-cooperantes. O governo, entretanto, enfatiza a visão de que seria falsa a imagem de que o país seria um paraíso fiscal, e de que a economia dependeria essencialmente do sistema bancário.

Em 2015 acordou com a UE medidas de repressão a fraudes e evasão fiscal e, em 2018, iniciou troca de informações fiscais e bancárias com o bloco europeu. Hoje, estão em vigor acordos na área fiscal e/ou sobre dupla tributação com 44 países ou blocos.

COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações de Liechtenstein para o mundo concentram-se em produtos industrializados de médio e pequeno valor agregado: maquinário de pequeno porte; conectores de áudio e de vídeo; peças de motores de automóveis; produtos odontológicos; hardware; alimentos processados; equipamentos eletrônicos e produtos oftalmológicos. Os principais destinos das exportações são Alemanha, Estados Unidos,

Áustria, Finlândia, Itália, China, Reino Unido, Espanha e Suécia. Entre os produtos mais importados pelo país encontram-se máquinas, subprodutos metálicos, produtos químicos, veículos, móveis, madeira e roupas. Os principais parceiros de importação de Liechtenstein são Alemanha, Áustria, Itália, China, França, Polônia e Holanda.

Liechtenstein integra, junto com a Suíça, Islândia e Noruega, a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), com a qual o MERCOSUL concluiu, recentemente, negociações sobre um ALC.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1719	Elevação a Principado de Liechtenstein.
1806	Independência do Principado, que passa a integrar a Confederação do Reno.
1815	Integra a Confederação Germânica.
1862	Independência da Confederação Germânica.
1868	Abolição das forças militares nacionais.
1923	União aduaneira com a Suíça.
1924	Adoção do franco suíço como moeda nacional.
1989	Príncipe regente Hans-Adam II assume o trono.
1990	Adesão às Nações Unidas.
1991	Adesão à Associação Europeia de Livre Comércio.
1995	Adesão à OMC e ao Espaço Econômico Europeu (EEE).
2003	Atual Constituição entra em vigor.
2004	Hans-Adam II aponta seu filho mais velho, o Príncipe herdeiro Alois de Liechtenstein, como seu representante permanente, a fim de prepará-lo para suceder-lhe no trono.
2011	Adesão ao Espaço Schengen.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
2012	Fundação da Casa Brasil em Vaduz.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Entendimento sobre Dispensa de Visto para Turistas	11/12/1948	Em vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-LIECHTENSTEIN

Fluxo de comércio anual

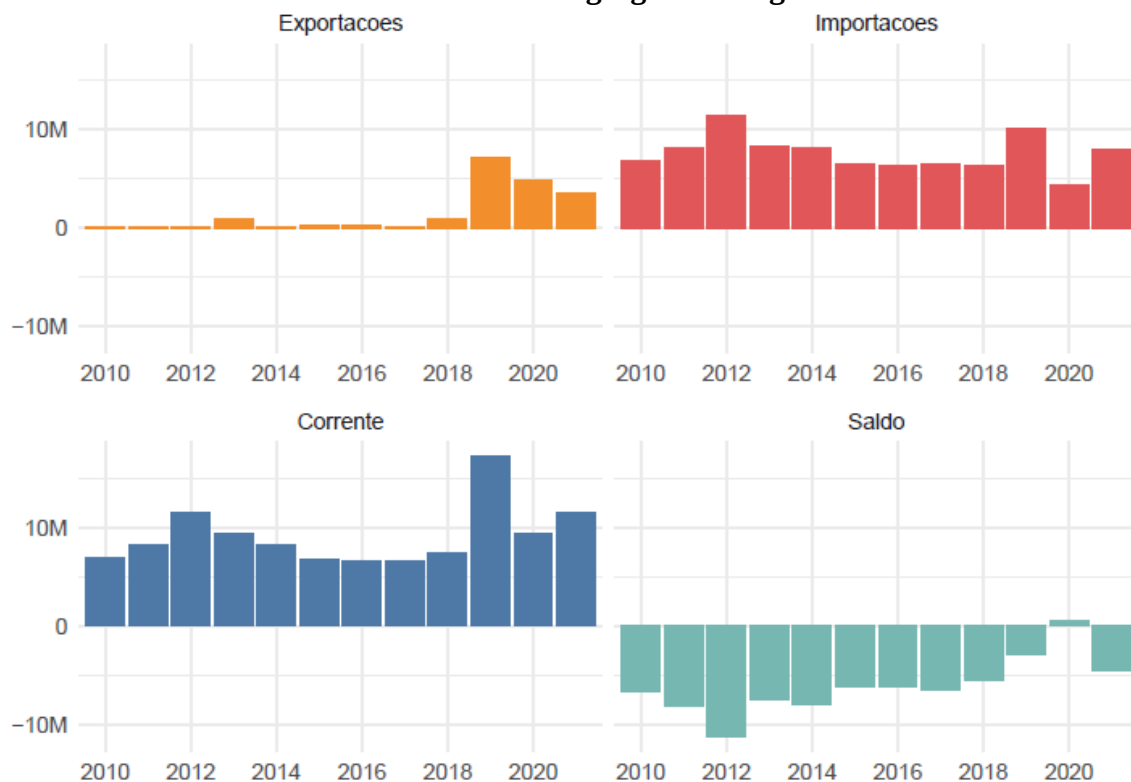


Fonte: Ministério da Economia

	2020	2019	2018	2017	2016
Exportações	6M (-31%)	9M (33%)	7M (7 563%)	86K (-73%)	320K (-99%)
Importações	8M (-39.85%)	13M (34.49%)	10M (-1.48%)	10M (4.89%)	9M (2.06%)
Saldo	-2M (-142.3%)	-4M (-236.9%)	-3M (-132.2%)	-10M (-207.6%)	-9M (-164.5%)
Corrente	14M (-36.3%)	22M (34.0%)	16M (63.7%)	10M (2.3%)	10M (-70.1%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportações	23M (13 581%)	171K (-83%)	1M (77%)	587K (147%)	237K (-14%)
Importações	9M (-19.94%)	12M (-3.82%)	12M (-29.35%)	17M (35.40%)	13M (8.35%)
Saldo	14M (24.1%)	-11M (-203.7%)	-11M (-166.9%)	-16M (-233.3%)	-12M (-208.9%)
Corrente	33M (178.3%)	12M (-10.1%)	13M (-25.8%)	18M (37.5%)	13M (7.8%)

Fluxo de comércio agregado até agosto

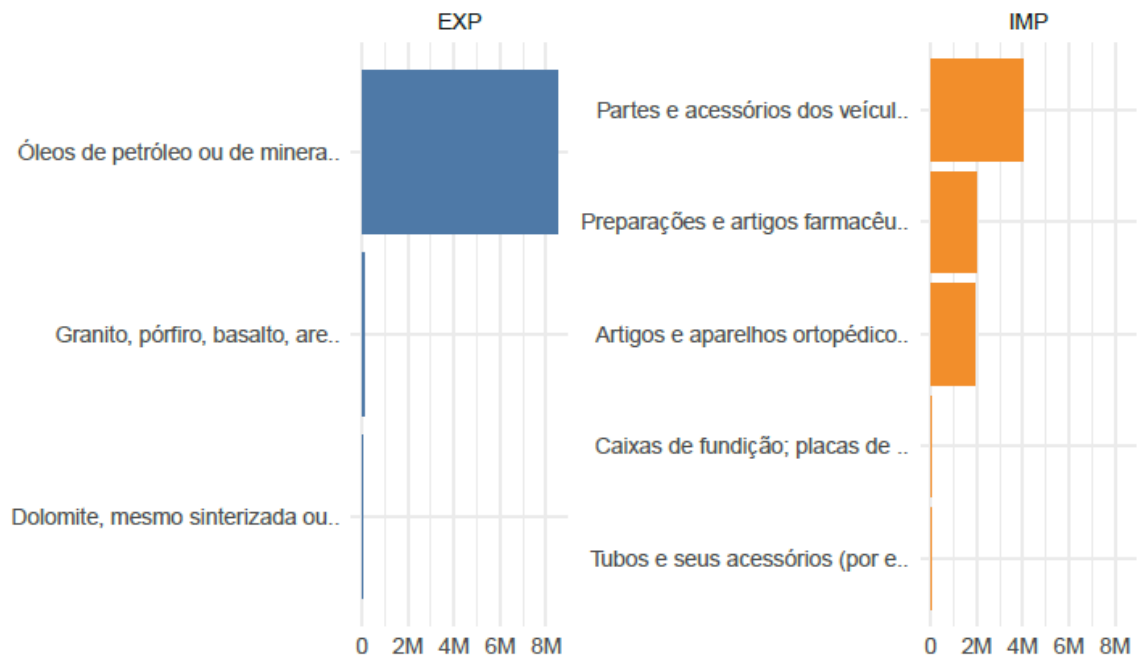


Fonte: Ministério da Economia

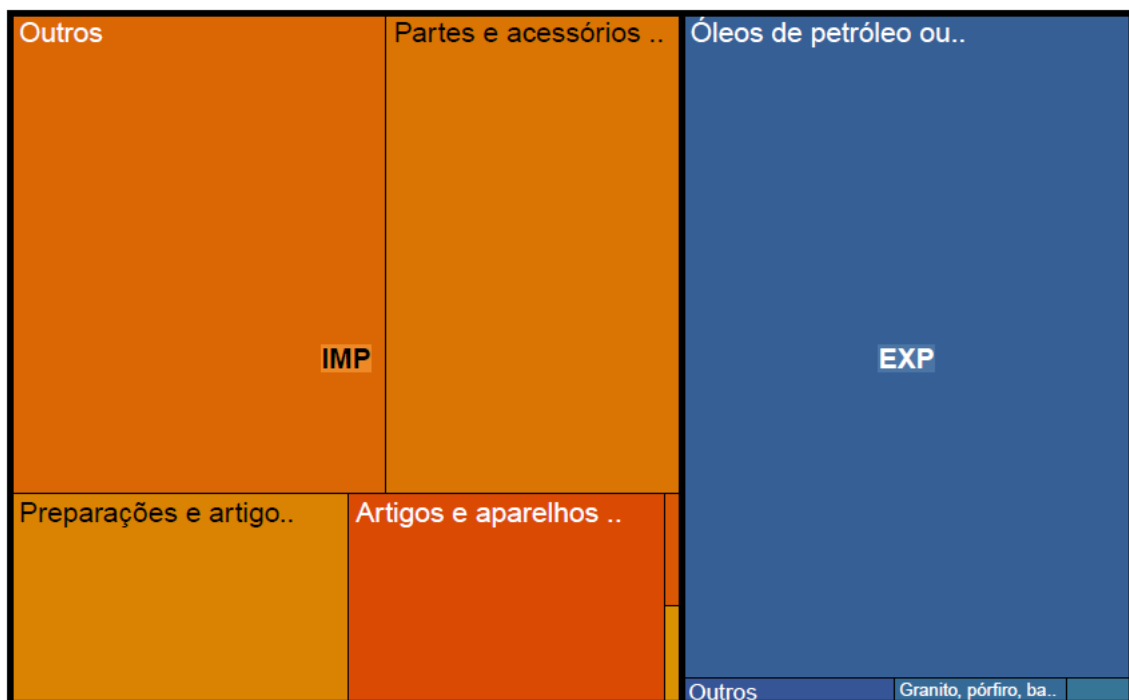
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	4M (-28.2%)	5M (-30.9%)	7M (630.6%)	980K (1 043.3%)	86K (-68.2%)
Importacoes	8M (81.79%)	4M (-56.11%)	10M (57.76%)	6M (-2.19%)	7M (2.06%)
Saldo	-5M (-972.0%)	517K (-82.4%)	-3M (-154.2%)	-5M (-183.9%)	-6M (-205.1%)
Corrente	12M (23.746%)	9M (-45.646%)	17M (133.835%)	7M (11.336%)	7M (-0.778%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	270K (-8.9%)	296K (149.5%)	119K (-87.8%)	974K (492.3%)	164K (41.0%)
Importacoes	6M (-0.38%)	6M (-20.78%)	8M (-2.90%)	8M (-26.74%)	11M (38.89%)
Saldo	-6M (-200.0%)	-6M (-176.7%)	-8M (-208.3%)	-7M (-165.7%)	-11M (-238.9%)
Corrente	7M (-0.748%)	7M (-18.331%)	8M (-11.758%)	9M (-19.368%)	12M (38.916%)

Principais produtos da pauta comercial em 2020

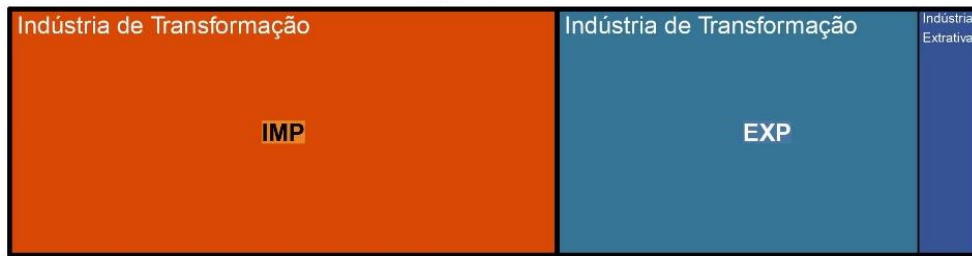


Fonte: Ministério da Economia

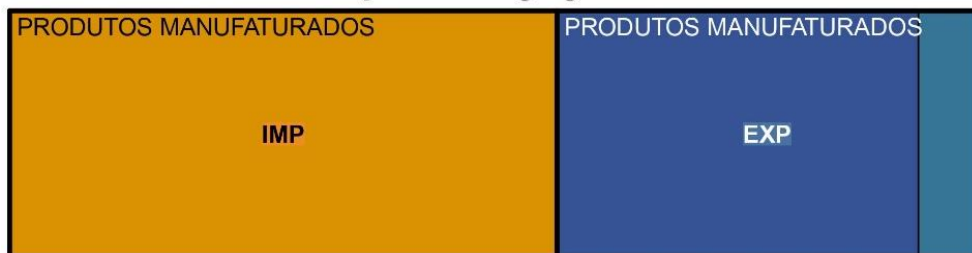


Classificações do comércio

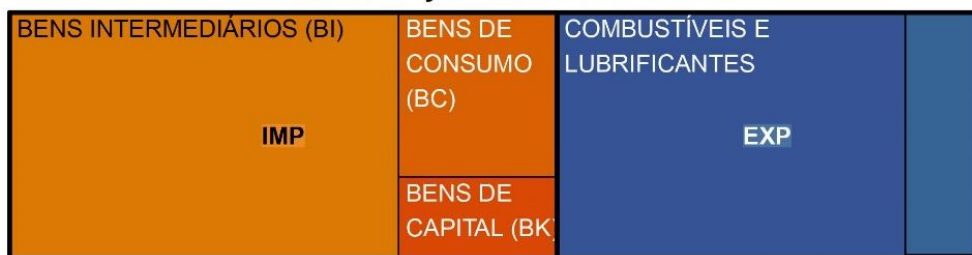
Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020

